

BROSETA

PERGUNTA



VERA PIRES COELHO

Empresária e Gestora



BROSETA

BROSETA - PORTUGAL,
SOCIEDADE DE ADVOGADOS, SP, RL

De que forma e extensão a crise pandémica abalou o setor de atividade de empresas como a Vendap, que se dedicam ao aluguer de equipamentos para construção, indústria e eventos?

A realidade pandémica que se viveu nos últimos dois anos, foi profundamente disruptiva para todos os seres humanos, economias, empresas, indústrias e países.

E, neste sentido, de uma maneira ou de outra, todos nós fomos confrontados com uma realidade diferente que impactou nas nossas vidas e obrigou a forte capacidade de adaptação e mudança.

Também a Vendap foi afectada negativamente no seu ramo de negócio dos alugueres, com especial incidência no primeiro semestre de 2020, em que a generalidade dos alugueres caiu cerca de 80%, destacando-se nesta queda o segmento dos eventos vs construção e indústria.

Curiosamente e no mercado angolano, mas também no brasileiro, os indicadores das empresas atuantes nestas regiões não registaram globalmente desvios face ao inicialmente previsto por duas ordens de razão: a interessante diversificação da actividade que a empresa em Angola regista, e que lhe permitiu manter o crescimento projectado e um elevado nível de faturação no segmento de fornecimento de energia aos *sites* das telecomunicações; a dimensão e dinâmica do mercado do Brasil, que potencia fortes economias de escala, aliadas ao factor diferenciador do produto produzido pela Vendap Brasil.

Este posicionamento estratégico diferenciado, que quer a Vendap em Angola quer a Vendap no Brasil detêm, foi a condição indispensável para que ambas as empresas não viessem a sofrer com a crise pandémica, como veio a acontecer com outros operadores concorrentes nesses mercados.

No que toca ao setor da saúde, que acompanha profissionalmente, como encara a possibilidade de o setor privado colaborar com o público? Menos carga ideológica na gestão da saúde, com uma maior abertura aos privados, traduzir-se-ia em menos desperdício, em mais eficiência e, sobretudo, em melhor saúde para os portugueses?

Um sector da saúde que incorpora agentes públicos e agentes privados, que trabalham em conjunto, sem preconceitos e condicionantes ideológicas e com mecanismos bem definidos e claros de colaboração, parece-me, sem sombra de dúvida, a melhor solução para o país e para todos os portugueses.

O debate na saúde não deve ser condicionado por questões ideológicas, mas deve antes assentar na busca da oferta de um serviço de qualidade, que incorpore as mais recentes inovações tecnológicas e que dê resposta às necessidades da população de uma forma abrangente e célere. Esse deve ser o desígnio de qualquer Ministro da Saúde.

Já tivemos exemplos claros de parcerias entre o sector público e o sector privado a nível da Saúde, que vieram a demonstrar inequivocamente as virtualidades destes modelos, quer no que diz respeito ao cumprimento dos mais elevados *standards* de excelência, qualidade e segurança clínicas, quer quanto ao facto de se terem revelado mais económicos para o erário público.

Temos que estar perfeitamente conscientes de que a saúde será cada vez mais onerosa em face do desenvolvimento tecnológico e da investigação e inovação que comporta e que lhe é exigida e, neste sentido, quaisquer soluções que tenham como grande objectivo servir mais e melhor a população, devem ser acarinhadas e bem enquadradas pelo poder político.

O nosso país enfrentará desafios ainda mais difíceis num futuro próximo, na medida em que com as taxas de natalidade tão baixas e o conseqüente envelhecimento crescente da população portuguesa, revelar-se-ão ainda mais elevadas as necessidades de cuidados de saúde a prestar.

Não obstante os excelentes quadros que ainda possui, o nosso SNS apresenta já hoje fragilidades significativas que tenderão a agravar-se e será uma irresponsabilidade política se não se encontrarem as melhores soluções no domínio privado que sejam complementares à oferta pública, sempre com o cliente/doente no centro da decisão.

Tendo em conta a sua larga experiência no setor empresarial português, quais diria que são os grandes desafios que a economia nacional vai enfrentar a curto/médio prazo, lembrando que ainda estamos a lidar com os efeitos de uma pandemia global e a enfrentar as graves consequências provocadas por um novo conflito militar em pleno território europeu?

No mundo em que vivemos, a flexibilidade, a agilidade e a rapidez de adaptação e capacidade de ajustamento, são as condições indispensáveis para a sobrevivência das empresas em ambientes em que predomina a incerteza e a imprevisibilidade.

O surgimento de uma pandemia à escala planetária nos últimos dois anos e, nos últimos dois meses, o aparecimento de uma guerra na Europa que já não fazia parte do nosso “*mindset*”, exigiu e exige uma enorme e rápida capacidade de adaptação de todos os agentes empresariais, dadas as consequências que tais eventos acarretam. Neste sentido, é obrigatório que as empresas incorporem no seu dia a dia, como uma ferramenta contínua e condicionante das suas decisões, a gestão do risco com a identificação exaustiva de riscos possíveis, elaboração dos diferentes cenários e desenvolvimento das respectivas medidas de mitigação dos mesmos.

Com a antecipação do fim da pandemia, já era possível prever um cenário inflacionista para o curto prazo, cenário esse que se veio a agravar com o conflito militar que se vive agora na Europa.

Há uma tendência crescente de aumento generalizado dos custos, que já tinha sido anteriormente incorporada nas previsões do ano em curso, mas que poderá ser ainda mais penalizante pelo efeito da escalada de preços no sector energético. Para além do efeito custo, outro desafio subjacente assenta em eventuais interrupções nas cadeias de abastecimento de produtos.

Sendo a falta de recursos humanos qualificados uma variável permanente da gestão dos últimos anos, em sentido contrário, a vaga de refugiados qualificados na sequência do actual conflito militar poderá ser uma oportunidade.

A digitalização crescente ou mesmo a disrupção tecnológica dos modelos de negócio, são desafios permanentes que enfrentamos e que poderão ser acelerados em contexto de graves crises generalizadas.

É importante salientar que, para a economia nacional e para o tecido empresarial português, será profundamente relevante uma correcta e eficiente execução do PRR que permita a correção das anomalias estruturais que têm persistido em Portugal ao longo das últimas décadas e que tanto prejudicam a competitividade e a produtividade dos agentes económicos nacionais.

